

Política de Alocação e Rateio de Ordens

Tagus Investimentos LTDA

07/06/2020

OBJETIVO

A presente Política de Rateio de Ordens tem por objetivo apresentar os procedimentos e controles adotados pela Tagus Investimentos (“Tagus” ou “Sociedade”) no que se refere à negociação e divisão das ordens de ativos para os fundos líquidos, respeitando-se os interesses dos clientes e as exigências regulatórias relacionadas.

ABRANGÊNCIA E ADESAO

Esta Política é aplicável a todos os fundos de investimentos e carteiras administradas que estão sob a gestão da Tagus devendo ser observada por todos os sócios e colaboradores da Sociedade.

Princípios Gerais

O Gestor de Fundo de Investimentos é responsável primário pelo processo de alocação e rateio de ordens, devendo exercer as suas atividades com boa fé e diligência em relação aos fundos sob gestão da Tagus, devendo cumprir com as deliberações estabelecidas pelo Comitê de investimentos, bem como a própria Política de Investimento de cada fundo de investimento.

A área de Risco é responsável por monitorar todas as operações dos fundos sob gestão da Tagus, após o rateio de ordens, bem como garantir a equidade das transações e o enquadramento dos fundos. O *Compliance* revisa e testa periodicamente os controles definidos nesta Política.

As ordens de compra e venda de títulos e valores mobiliários realizados pela Sociedade, em benefício dos fundos sob gestão, são realizadas com a identificação prévia do fundo beneficiário da operação com a segregação das Instituições Intermediárias entre os fundos abertos e exclusivos (ou com características inerentes a fundos exclusivos).

Nos casos em que seja utilizada a prerrogativa normativa para o grupamento de ordens de compra e venda de títulos e valores mobiliários através do uso de uma *conta master*, o rateio deve ser operacionalizado da seguinte forma:

- (i) As ordens são direcionadas com a identificação do percentual do PL a ser alocado em cada estratégia;
- (ii) São consideradas as políticas de investimentos, o patrimônio líquido e os limites de risco estabelecidos para cada portfolio sob gestão da Sociedade.
- (iii) O rateio sempre deve garantir o preço médio para cada portfolio sob gestão da Sociedade. Não é permitida, em nenhuma hipótese, qualquer vantagem para qualquer portfolio em detrimento de outros.

Restrições de liquidez, característica de negociação dos ativos e limites contidos na política de investimento de cada portfolio ou exigências regulatórias, podem fazer com que fundos de uma mesma estratégia tenham exposições diferentes a um mesmo ativo.

Os fundos que não compartilham a mesma estratégia podem operar um mesmo ativo (ou empresa) em momentos diferentes ao longo do dia. Quando isso acontecer, os fundos de estratégias diferentes ficarão com preços médios diferentes.

A negociação de ativos interfundos da Tagus Investimentos é proibida, através de negócios diretos ou não, isto é, todas as transações precisam ser submetidas a negociações no mercado. Em caráter de exceção, é permitida a negociação de ativos entre os fundos apenas com o objetivo de ajuste de caixa, respeitando-se fielmente as condições de mercado para os preços.

PROCEDIMENTOS DE ALOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORDENS MONITORAMENTO

Para fins de controle da execução de todas as ordens dos portfólios sob a gestão da Tagus, a área de Risco é independente em relação as áreas de negócio com infraestrutura adequada para identificar, avaliar, controlar e monitorar a exposição aos riscos. A área de Compliance é responsável por realizar testes de conformidade no que diz respeito a adequação a esta Política, bem como as exigências regulatórias relacionadas.

Qualquer descumprimento deve ser submetido ao Diretor responsável pela Gestão de Riscos & *Compliance* que possui reporte direto ao Comitê de Gestão de Riscos & *Compliance*.

COMUNICAÇÃO DE TRANSAÇÕES SUSPEITAS AOS ÓRGÃOS REGULADORES

As operações ou propostas que contêm indícios de ocorrência de lavagem de dinheiro ou possíveis práticas não equitativas devem ser comunicadas aos órgãos reguladores competentes, quando aplicável, em cumprimento às determinações legais e regulamentares.

ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REGISTROS

Esta Política deve ser revisada anualmente ou com menor periodicidade quando necessário. Todos os papéis de trabalho, relatórios de análise e acompanhamento, pareceres emitidos devem ser mantidos pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ou por prazo superior por determinação expressa da CVM.